

**EXCLUSÃO E EXPULSÃO NA  
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE:**

**Dra. Rita de Cássia Liberato (Professora da Graduação em Geografia – PUC-MG)**

**Thiago Canettieri (Graduando em Geografia pela PUC-MG)**

**Thiago Gonçalves (Graduando em Geografia pela PUC-MG)**

**RESUMO:** A presente comunicação pretende apresentar os dados parciais da pesquisa desenvolvida que objetiva a análise da dinâmica da população de baixa renda, emigrante de Belo Horizonte direcionada para os municípios de Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Sabará e Ibité (todos vizinhos de Belo Horizonte) e compreender esse processo de ocupação realizado nos municípios limítrofes pela população excluída de Belo Horizonte. Os resultados parciais revelam grandes massas de populações pobres obrigadas a realizar o deslocamento de suas residências para as áreas periféricas, indo ocupar outros municípios, mas, estando ainda ligados a capital.

**PALAVRAS-CHAVES:** Migração intra-urbana; Exclusão Social; Segregação Espacial

**Área Temática: Demografia**

## INTRODUÇÃO:

A presente comunicação pretende apresentar os dados parciais desenvolvidos na pesquisa “O Lugar de Moradia dos Excluídos de Belo Horizonte”<sup>1</sup>, em que pretende-se visualizar o processo excludente que acontece na área central da Região Metropolitana e que força para o deslocamento nos municípios vizinhos, massas populacionais daqueles que não podem usufruir da cidade, sendo obrigados a terem suas moradias deslocadas para a periferia.

Nas cidades do mundo globalizado, visualiza-se processos, que ocorrem com variadas formas, intensidades e frequências, mas que, inevitavelmente, ocorrem. Esses processos tão característicos dos espaços urbanos são a constante fragmentação do espaço da cidade, o desaparecimento do espaço público, a desintegração da comunidade urbana e sua separação e segregação.

Conforme Paula (2006, p.9) coloca, no contemporâneo processo de “globalização globalitária” acompanha-se também a crise das grandes cidades, que são “forçadas a mimetizarem a ordem capitalistas e suas consequências” tais como a fragmentação e segmentação social e espacial; a hierarquização perversa; a exclusão; a redução, amesquinamento e privatização do espaços.

Esta pesquisa está inserida no contexto da discussão referente ao processo de exclusão social conduzido pelo centro urbano metropolitano que, a partir da especulação imobiliária, induz à população pobre ocupar áreas periféricas cada vez mais distante das áreas centrais. Busca-se identificar e compreender como este fenômeno ocorre na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O debate proposto pela pesquisa traz à tona questões caras aos estudos sócio-espaciais, uma vez que, revela um processo de “higienização social” das áreas centrais, atendendo interesses capitalistas em detrimento do potencial da sociabilidade das áreas urbanas, como espaço do encontro.

Nas grandes cidades dos país subdesenvolvidos perpetua-se um processo de reprodução econômica-social que possuem causas diversas, mas que se interpenetram, aumentando o nível de complexidade do fenômeno. Dentre essas destacam-se: o desemprego estrutura, a precarização das relações de trabalho e a falência do planejamento urbano-regional. Dentre as justificativas amplamente empregadas para perpetuação da pobreza situa-se a do círculo vicioso, onde os pobres, maioria da população gerariam novos contingentes devido a alta taxa de natalidade presente neste segmento. A queda da taxa de natalidade nas últimas décadas mostra a fragilidade desta hipótese conforme apresentada por vários especialistas na área. (MATOS *et. all.* 2010) Assim, é necessário considerar diferentes hipóteses para a situação. Ao que parece, mesmo no contexto da redução do crescimento vegetativo da população residente nas áreas periféricas, o contingente desta não diminui, ao contrário, tem aumentado.

De acordo com Matos (2010), o município de Belo Horizonte desde os anos de 1970, não apresentava mais espaços para a ocupação urbana, expressando a saturação alcançada em termos de ocupação, tanto horizontal, quanto vertical. Esse processo é acompanhado de uma constante elevação do preço do terreno e das benfeitorias, processo inerente aos grandes centros urbanos, o que acaba selecionando os indivíduos capazes de viver em determinado espaço. No caso da RMBH é percebido nas análises

---

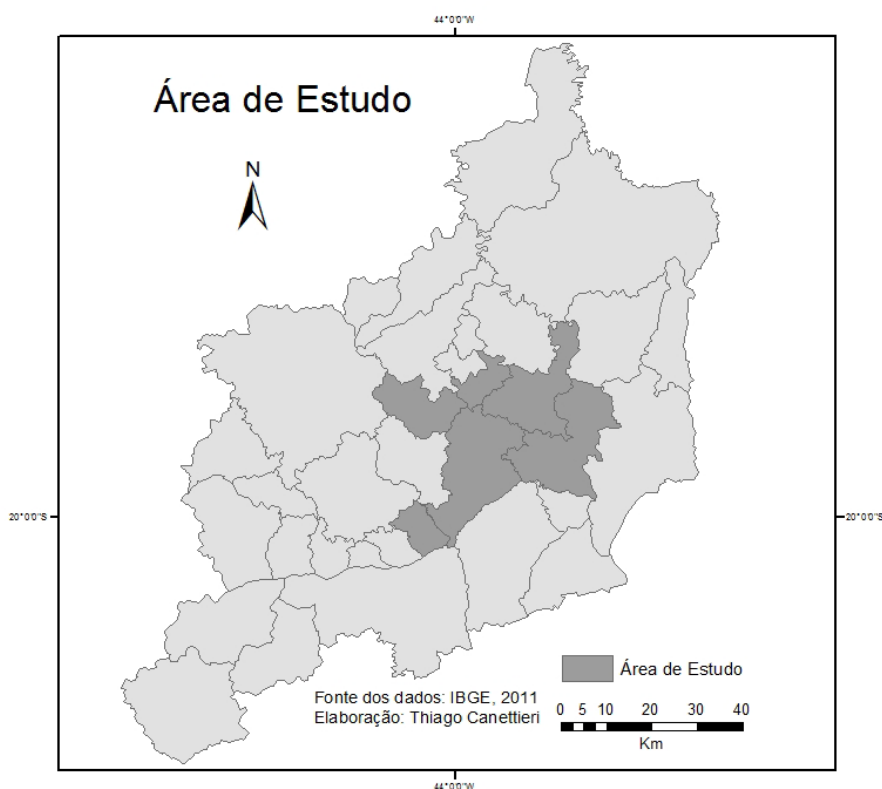
<sup>1</sup> Agradecemos ao PROBIC/PUC-MG pelo financiamento dessa pesquisa

demográficas apresentada por Ralfo Matos (2010) um processo em que, a partir de 1970, o crescimento do “Resto da Região Metropolitana” (RMBH sem Belo Horizonte) é ascendente enquanto o crescimento da capital mineira é decrescente.

Dessa maneira, pretende-se responder no desenrolar dessa pesquisa a seguinte questão: Onde os indivíduos de baixo rendimento financeiro, antigos moradores de Belo Horizonte, quando excluídos da e pela cidade, vão morar?

Trabalha-se então com a hipótese de que esses indivíduos pobres, diante das dificuldades de manter residência na cidade pólo da RMBH, são obrigados a ocupar áreas cada vez mais distantes desse espaço central e, dessa maneira, chegam a ultrapassar as fronteiras dos municípios situados no entorno de Belo Horizonte.

O objetivo desta pesquisa consiste na análise da dinâmica da população de baixa renda, emigrante de Belo Horizonte direcionada para os municípios de Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Sabará e Ibituripe (conforme – mapa 01), todos municípios limítrofes à Belo Horizonte excetuando Contagem, que já é densamente conurbado e Nova Lima em que observa-se uma lógica de ocupação direcionada a elite mineira, diferentemente do tema proposto na pesquisa. Assim, pretende-se compreender esse processo de ocupação realizado pela população excluída de Belo Horizonte nos municípios selecionados para o Estudo.



Mapa – 01: Área de Estudo no contexto da RMBH

A presente análise foi efetiva através das informações dos Censos Demográficos, referentes aos anos de 2000 e 2010. Para essa análise deve-se delimitar as variáveis que serão utilizadas e, então, realizar os filtros na base de dados. Será utilizada a base de dados referentes aos indivíduos, adotando-se, primeiramente, um filtro à base geral, selecionando assim a população total e a população pobre dos municípios selecionados.

Para a definição da população pobre utilizar-se-a a renda familiar dividindo pelo número de membros, obtendo a renda per capita. Uma vez identificada, aplica-se novo filtro delimitando apenas aqueles indivíduos que estão abaixo da linha da pobreza, definida pelo IPEA (2011) como sendo de R\$134,00 per capita mensais. Para analisar a linha da pobreza referente ao ano de 2000 e 2010, os valores serão ajustados de acordo com a variação média do índice inflacionário de cada ano referente ao valor de R\$134,00 em 2011. Para isso, será utilizada as informações disponíveis *on-line* do IPEA.

Delimitada a *coorte* de interesse, algumas variáveis serão selecionadas para verificar quando foi realizado o movimento migratório. Para tal utiliza-se a variável “Tempo de Moradia” que revela quanto tempo o indivíduo reside no município.

Em conjunto tem-se a análise da contribuição da migração para esses municípios provenientes de Belo Horizonte, já discutidas por Ralfo Matos (2010) em trabalho anterior.

### **MIGRAÇÕES INTRA-URBANAS:**

Por migração entende-se o processo, permanente ou semipermanente, de mudança residencial, sem restrições de distância do movimento ou da natureza voluntária ou involuntária do deslocamento (LEE, 1966). No caso do presente estudo, consideraremos a migração intra-metropolitana, ou seja, o movimento de mudança de residência realizado por indivíduos provenientes e que se deslocam para o interior da mesma região metropolitana.

Esse movimento realizado possui diversas causas e consequências, sendo amplamente estudado entre diversos pesquisadores, como economistas, demógrafos, geógrafos ou sociólogos. Os autores ao realizar dessa análise denominam dois elementos, os fatores de push e de pull. O primeiro diz respeito quais variáveis que estão contribuindo para expulsar o indivíduo, o estopim para seu deslocamento, enquanto o fator pull diz respeito aos elementos que contribuem para que a escolha de destino seja realizada pelo indivíduo (GOLGHER, 2004).

Conforme Ravenstein (1885 apud GOLGHER, 2004) destaca em sua análise do processo migratório europeu, existe uma estreita relação entre os movimentos populacionais e o desenvolvimento do capitalismo, e, também, tanto a população quanto as atividades econômicas estão espacialmente distribuídas de forma desigual.

Segundo Faria (1999) a perspectiva sócio-econômica do processo de decisão das migrações intra-urbanas estão baseadas na hipótese de que esses deslocamentos são respostas às estratégias de grandes agentes estruturais do sistema capitalista, proprietários, de terra e dos meios de produção e o Estado, que atuam de forma a promover a acumulação de capital e assim implica no deslocamento das populações para servirem a essa lógica.

### **A EXCLUSÃO SOCIAL: CAUSAS, PROCESSOS E CONSEQUÊNCIAS**

O desenvolvimento da sociedade capitalista, essencialmente desigual é, para as ciências um desafio na construção de conceitos. Processo conduzido ao longo do século XIX e XX, foi ainda mais complexificado frente a reestruturação produtiva internacional, acrescentando características à desigualdade social ainda mais radicais. No entanto, a noção dessa desigualdade das sociedades humanas requer uma reflexão teórica que,

conforme Matos (2010) defende a distinção das desigualdades como meras sintaxe matemáticas, de expressões não iguais que utilizam os símbolos de maior (>) ou menor (<), e como processo social, que são muito mais complexas e possuem grande impacto na sociedade. Esse deve ser um grande esforço da academia em avançar nessa discussão tendo como objetivo a igualdade e justiça social.

Oliveira e Pinto (2001) apresentam que ainda no século XXI os contornos teóricos referentes à noção de exclusão precisam de maior definição. Apresentado por Couto (2011) o tema da exclusão configura uma das maiores discussões acadêmicas, política e até econômica do mundo. A grande versatilidade do conceito de exclusão social tem conduzido para uma indefinição conceitual, variando de acordo com o objeto de estudo. Nessa perspectiva, Goldani (2001) chama atenção para a necessidade de se ter muita cautela quando se pretende estudar o fenômeno da exclusão social, pois esse é repleto de desafios substantivos que devem ser analisados e tratados pelo pesquisador. Ressalta que os estudiosos devem estar atentos a questões amplas como, por exemplo, as consequências do processo de globalização, de reestruturação regional, as transformações do mundo do trabalho, a (re)definição do papel do Estado, da família, dos direitos humanos, dos avanços tecnológicos, da degradação ambiental, etc. Pelo exposto, pode-se inferir que o tema é complexo, devendo os que queiram estudá-lo terem como referência as “*tendências crescentes do volume da pobreza e das desigualdades*” (GOLDANI, 2001, p.54).

De acordo com Vêras (2003), as análises efetivadas por Castells (1996) apresentam a exclusão social como sendo uma “*fratura social*” que desorganiza a sociedade como um todo, fragmentando a coesão social existente. Paugam (2003) compartilha dessa noção e esclarece que, a partir de uma desqualificação social, os indivíduos vão perdendo sucessivamente sua posição na sociedade até chegar a uma situação máxima que se configura na ruptura dos vínculos sociais. Já para Bonetti (1998 *apud* VÉRAS, 2003) a exclusão é decorrente de uma alteração na estrutura social que ocasiona a perda de possibilidade de participação, tanto na estrutura produtiva como na cultural. Matos (2010, p.39 – grifos do autor) afirma que a exclusão social é uma condição que “*envolve uma série de perdas, no âmbito social, econômico, político, cultural e inclusive territorial.*” Para Lamarque (1995), citado por Rodrigues (1999) a exclusão deve ser vista como produto resultante de um déficit de coesão social.

Conforme se visualiza, o processo de exclusão de determinados indivíduo(s) e/ou grupo(s) é consequência de uma “*série de exclusões, sendo essas decorrentes de causas estruturais e/ou conjunturais.*” (LIBERATO, 2007, p.46), que “*atira a pessoa (e, muitas vezes, sua família) à margem da sociedade, habitada por farrapos humanos*” (CASTELLS, 1996, p.99) e que acentua as privações materiais e sociais desses indivíduo(s) e/ou grupo(s) (ARTHURSON; JACOBS, 2003). Bäckman e Nilsson (2010) apresentam que a trajetória dos indivíduos excluídos surge a partir de uma acumulação e concentração de desvantagens oriundas das inequidades entre os grupos sociais.

Liberato (2007) considera que a exclusão pode se apresentar das mais variadas formas: econômica, política, social, psicológica, cultural, dentre outras, apresentando variação de forma e intensidade, mas que, na maioria das vezes, se manifestam concomitantemente. Tem-se, então, que a exclusão é consequência de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade, que conduz a uma não participação de indivíduo(s) e/ou grupo(s) em atividades econômicas, políticas, culturais

e/ou sociais, o que se opõem a noção de integração social. Rodrigues e outros (1999, p.69) esclarecem que a exclusão está associada a uma *“trajetória que conduziu à marginalização, presenciando-se a acumulação de handicaps vários como rupturas familiares, desemprego, carência habitacional, isolamento social entre outros”*.

Kowarick (2000) utiliza o termo espoliação urbana como referência à população que não possui o direito de participar dos benefícios da urbanização, os excluídos do espaço urbano. Segundo o autor esse processo é uma forma de extorção das camadas vulneráveis do acesso aos serviços coletivos. Destacado pelo autor que o mercado imobiliário, o mercado de trabalho, as políticas públicas tendem a serem aparelhos para a reprodução e manutenção desse processo.

Apesar da multiplicidade de processos que conduzem à exclusão social, parece consenso entre os estudiosos do tema, que o excluído é, sobretudo, *“aquele que não é reconhecido como sujeito pela sociedade”* (MARTINS, 1997, *apud* VÉRAS, 2003, p.112). Para Fernandes (1995, *apud*, RODRIGUES, 1999) o processo de exclusão se dá a partir de uma *“espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de auto-exclusão”*. Importante salientar que, neste processo, indivíduo(s) e/ou grupo(s) raramente se enxerga(m) como excluído(s), pois a exclusão é processual, acumulativa e persistente, sendo a mesma causa e consequência da fragmentação social.

### **SEGREGAÇÃO ESPACIAL: O COMPONENTE ESPACIAL DA EXCLUSÃO**

Concorda-se com Villaça (2001, p.143 *apud* MATOS, 2010) ao afirmar que *“o espaço atua como mecanismo de exclusão”*. Nesta perspectiva, tem-se que a exclusão, também resultante de processo social, será expressa espacialmente, em especial nas mega e grande cidades. He, Wu e Webster (2010) afirmam que o componente espacial da exclusão possui importante influência na cidade moderna e na sua lógica de produção e reprodução.

A cidade regida pelo sistema capitalista organizou a sociedade dentro de um modelo burguês de concepção sócio-espacial. He, Wu e Webster (2010) colocam que a organização social das cidades *“pós-fordistas”* contribuiu para uma complexização não apenas à nível dos indivíduos, mas também espacial, diferenciando determinados locais e selecionando os moradores.

[...] a cidade se revelou a portadora da nova civilização (urbana industrial e moderna), mas também aí foi encarada como tendo um lado indesejável, a da pobreza. Foi à presença dos famélicos, *“sujos, grosseiros”* e que *“deveriam”* ser afastado dos olhares burgueses. Surgiu aí a primeira forma de segregação explícita. Mais tarde haveria intenção mais direcionada, inclusive dos aparelhos públicos de planejamento de *“zonear”*, catalogar e ordenar o espaço urbano por determinadas funções [...], destinar espaços específicos à habitação popular. (VÉRAS, 2003, p.84)

Nesse sentido, a separação residencial nas grandes cidades contemporâneas revelam esse desejo, por parte do grupo dominantes, de evitar o contato, de convivência e até mesmo visual, com as classes excluídas dos meios que são usualmente inseridos. Assim, a situação da exclusão social desenha-se no horizonte como uma realidade perpétua. A exclusão social produz a segregação espacial, que, por sua vez, produz mais exclusão social, criando assim um círculo vicioso de duração inderterminada.

A nova organização espacial da cidade empurrou os trabalhadores de baixo rendimento financeiro para locais cada vez mais distantes das áreas centrais. Dessa maneira,

percebe-se que, no processo de decisão locacional, os excluídos não representam qualquer voz ativa. São expulsos por mecanismos do chamado livre mercado e do poder público a fim de atender interesses das classes hegemônicas.

É importante destacar que a segregação sócio-espacial decorre da divisão do espaço urbano entre integrados (incluídos) e não-integrados (excluídos), sendo percebida com maior clareza nas grandes cidades porque essas, além de concentrarem o maior número de indivíduos, explicitam mais acentuadamente a forma desigual com que o espaço é apropriado pelas classes sociais. Nesse sentido, a segregação sócio-espacial existente nas cidades é indicativa de que os locais, dentro da arquitetura urbana, são previamente estabelecidos e desigualmente apropriados (LIBERATO, 2007, pp.16-17)

Assim, essa população excluída é levada a ocupar as periferias da cidade, expulsas de locais que sofreram um processo de aumento do valor do solo urbano. Acontece um movimento de relocação de populações pobres, que antes ocupavam áreas centrais, menos periféricas para novas periferias, mais distante do núcleo central.

Nesses espaços, Torres e outros (2003) bem como Maricato (2006), afirmam que são constituídos por loteamento irregular ou até mesmo ilegal, sem cumprir as normas e exigências para a aprovação do assentamento município. São áreas com baixo investimento em infra-estruturas, reduzido número de equipamentos privados e públicos, revelando a ausência estatal nesses espaços. As residências são, em sua maioria, autoconstruídas com condições precárias. Essas características revelam o declínio da qualidade de vida das populações que são levadas a ocupar essas áreas enquanto que a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros de classe de mais alta renda.

A cidade e a dinâmica urbana não são apenas o reflexo da estrutura social fragmentada, mas constituem-se também em mecanismos que garantem a reprodução das desigualdades. Assim, a posição social de determinado indivíduo é reflexo de sua localização espacial. A organização espacial, por expressar a sociedade, é, como ela, hierarquizada. A sociedade, ao impor a hierarquia, determina quais indivíduos/grupos estarão na parte superior e inferior da mesma.

A posição social de determinado indivíduo é refletida no espaço físico em que está situado. O espaço se torna hierarquizado de acordo com a própria hierarquia da sociedade. Conforme é apresentado por Bourdieu (1997, p.158) ao afirmar que “[...] não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais.” Tal conclusão é compartilhada por Mathieu (1998, p.3 – tradução nossa) que afirma existir uma “*divisão social do espaço*”.

## **EXCLUSÃO E EXPULSÃO NA RMBH**

Belo Horizonte, cidade planejada sob os moldes do modernismo, para ser a nova capital mineira é pensada de uma forma que visava privilegiar o centro da cidade, lugar de maior investimento e destinado ao governo, funcionários públicos, a classe abastada, com uma malha de ruas quadriculada, largas avenidas, infra-estrutura urbana enquanto a população pobre, os operários que de fato construíram a cidade, se viam excluídos dessa cidade. Já nos primeiros anos da capital observava-se o centro dotado de infraestrutura e despovoado, enquanto que a periferia se adensava e não possuía infraestrutura suficiente para a demanda populacional que crescia. (MONTE-MÓR, 1994) Assim, percebe-se

como Paula (2006, p.10) destaca, a cidade possuía “*pouco sentido democrático e popular, [...] Se no interior da Avenida do Contorno a cidade abria-se risonha e franca, fora da Contorno era pobreza e interdição de direitos sociais, o direito à cidade*”.

A avenida do Contorno que trazia a modernidade em seu traçado, trazia junto a marca da segregação. Seus limites dividam a cidade em dois espaços, o primeiro limitado pelo contorno viário era o lugar privilegiado da geometria moderna, símbolo do progresso; enquanto que, aos trabalhadores, aos pobres, eram destinados localidades para além daquele limite, com pouca ou nenhuma infra-estrutura.

O que se observa atualmente é a extensão desse processo. Belo Horizonte cresceu, ultrapassou o limite da Avenida do Contorno e com isso levou a infra-estrutura que era ausente em seu exterior, dessa maneira, a elite não apenas ficou restrita à Contorno e passou a ocupar outras áreas do municípios, em sub-centros criados a partir do poder público e da ação privada. Para que isso fosse possível foi necessário expulsar aquela população de operários pobres que não tiveram acesso à cidade na sua criação. Era necessário empurrá-los para periferias mais distantes, inclusive, para outros municípios.

Pode-se verificar esse processo a partir da perda da participação de Belo Horizonte no total da RMBH enquanto se têm o crescente aumento da participação desses municípios selecionados, que passam de 6% em 1970 para representar 20% do total da Região Metropolitana em 2010.

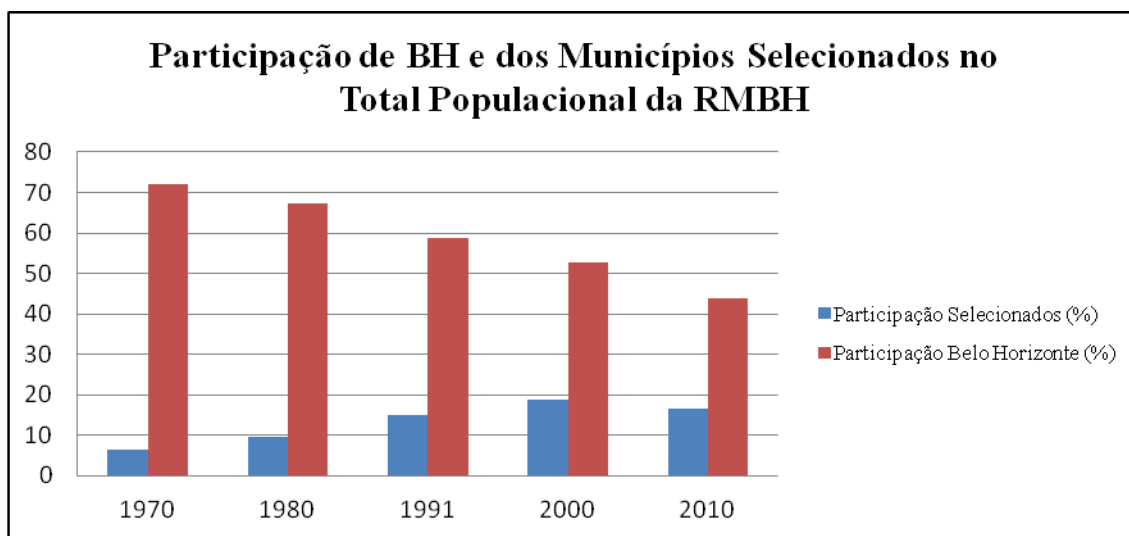


Gráfico – 01 (Censos Demográficos IBGE de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Esse enchimento dos municípios estudados foi proveniente do esvaziamento de Belo Horizonte. Diversos processos conjulgados contribuíram para esse movimento populacional, mas em especial, o mercado imobiliário selecionou a população que era mais interessante manter em BH, município central, população essa capaz de pagar o preço da terra e das benfeitoras altamente especuladas, enquanto que a parcela da população que não possuía rendimentos para esses altos preços, era deslocada para a periferia da cidade, que acabou invadindo outros municípios.

Liberato (2007) com base em dados históricos afirma que Belo Horizonte, desde sua inauguração teve taxas de crescimento anuais superiores à 50%, sendo que no período entre 1970 e 1980 o crescimento foi, pela primeira vez, inferior a 50%, e entre 1980 e



1991, foi menor do que 15% e entre 1991 e 2000 aproximadamente 10%. Esse fato revela tanto o freio do crescimento promovido pela transição demográfica, mas também a expulsão de população que não atendem os requerimentos, econômico-financeiro, para usufruir da cidade de Belo Horizonte.

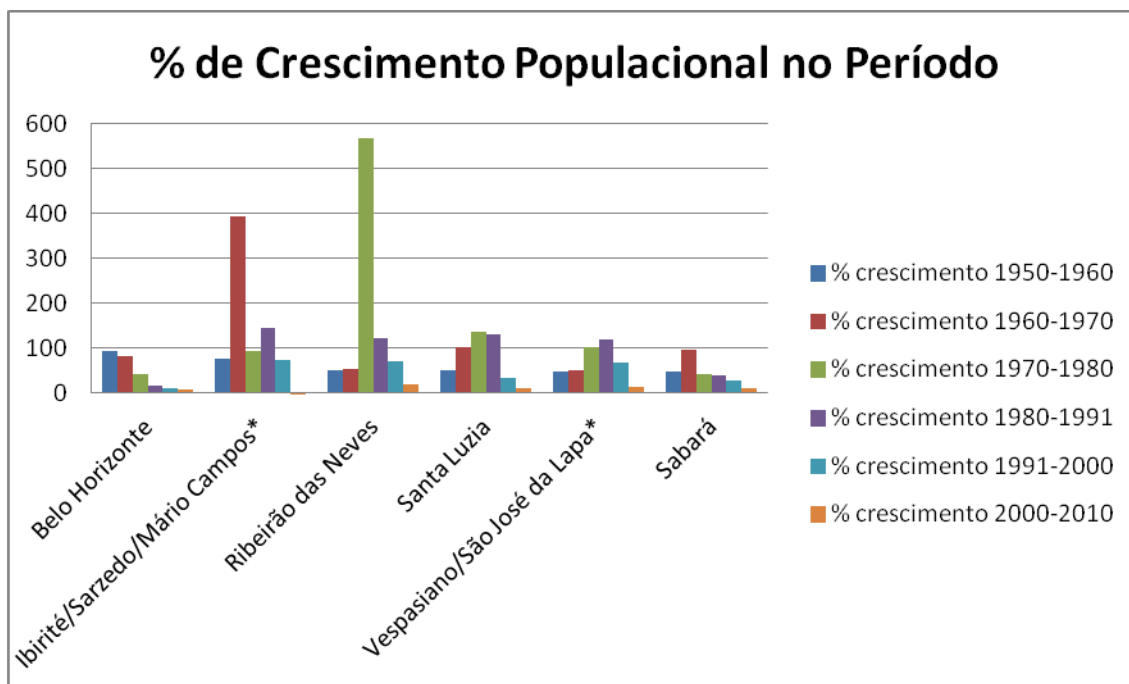


Gráfico – 02: (Microdados do Censo IBGE de 2000)

O Gráfico – 02 revela esse crescimento. Observa-se que quase todos os municípios mativeram a média de crescimento superior a 100% nos períodos analisados de 1950 à 2010. Destaca-se também os dois valores que chamam a atenção, primeiramente o crescimento de Ibitité e os outros Municípios a qual faziam parte que cresceu aproximadamente 400% no período entre 1960-1970 e Ribeirão das Neves que teve um aumento demográfico de quase 600% entre 1970 e 1980.

Verifica-se a partir das informações disponibilizados pelo IBGE em que é fornecido há quanto tempo o indivíduo reside em determinado município, pode-se perceber exatamente o momento histórico em que ocorreu essa ocupação e também é capaz de filtrar essa informação, fornecendo os valores apenas para aqueles indivíduos que se encontram abaixo da linha de pobreza, definida por Rocha (2008) como sendo 134,00 reais, uma média nacional.

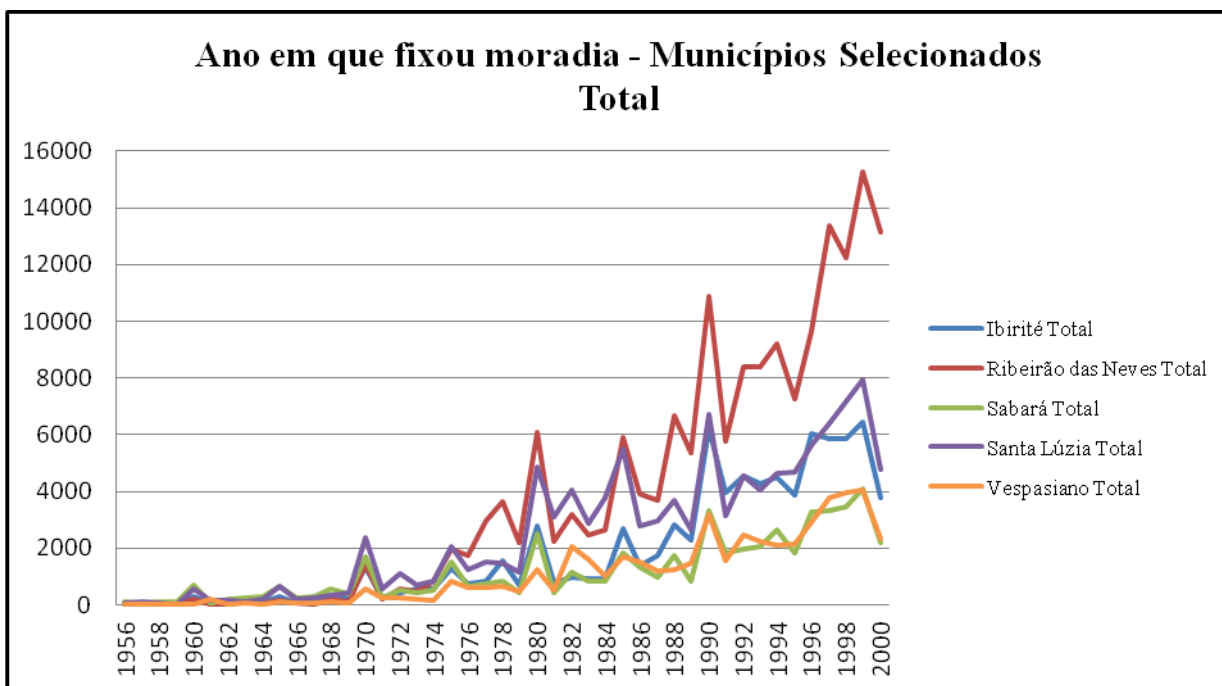


Gráfico – 03: (Microdados do Censo IBGE de 2000)

Pela análise do gráfico acima referente a fixação da moradia por municípios, percebe-se o progressivo aumento do número de indivíduos, em especial a partir de 1970, que ocuparam os municípios limítrofes à Belo Horizonte. Observa-se que o comportamento dos dados revela picos, em anos específicos que se teve um maior número de indivíduos migrando, como o ano de 1970, 1978 e 1980, 1985, 1990, 1996 e 1998. Esse processo revela que foi, a partir de 1970, e intensificado em 1980, que o maior enchimento dos municípios limítrofes ocorreu, e, considerando o gráfico – 01 da perda da participação relativa de Belo Horizonte na população total da RMBH, percebe-se que acontece

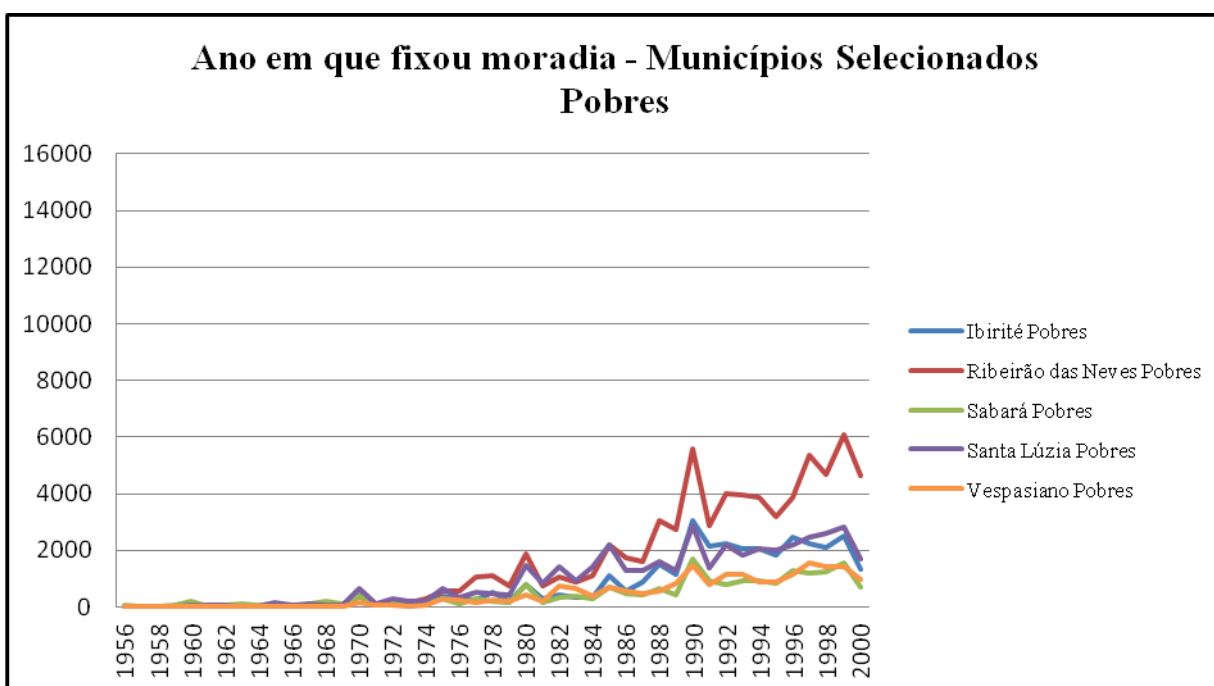


Gráfico – 04: (Microdados do Censo IBGE de 2000)

O gráfico – 04 apresenta o ano em que os indivíduos com a renda inferior a 134,00 reais mensais fixaram residência no município. Observa-se que o comportamento das linhas é muito semelhante, com picos bem definidos em determinados anos. No entanto, o deslocamento da população pobre ocorre com maior intensidade a partir do ano de 1984, em que, três dos cinco municípios, recebem aproximadamente 2000 indivíduos abaixo da linha de pobreza.

Cabe salientar ainda a limitação dessa técnica de análise, pois utilizar a linha de pobreza, embora seja uma ferramenta analítica importante, deve-se ser o cuidado de fazer a seguinte ressalva: o número aqui representado é uma aproximação baseada em um valor oficial para o ano de 2000. Pode-se ter pessoas que em períodos passados eram mais pobres e não entraram nessa contagem, bem como pessoas que por poucos reais não entraram na contagem, mas não significa que não sejam excluídos socialmente.

Esse crescimento nos municípios vizinhos está relacionado ao processo de expulsão das camadas populares da cidade de Belo Horizonte, para seu entorno, constituindo um transbordamento dessa classe para as áreas periféricas. Inicia-se assim, como Kowarick (1980, p.22) coloca, um processo de “[...] exclusão das camadas pobres para a periferia da cidade, quando investimentos públicos e privados valorizam determinadas áreas.” Percebe-se a presença de ex-moradores de Belo Horizonte a partir da seguinte tabela:

Município	1975-1980				1995-2000			
	BH	Resto da RMBH	Total	% de BH	BH	Resto da RMBH	Total	% de BH
<b>Ibirité</b>	6960	9556	16516	42,14%	11093	4553	15646	70,90%
<b>Ribeirão das Neves</b>	29650	31735	61385	48,30%	29445	8016	37461	78,60%
<b>Sabará</b>	10141	10971	21112	48,08%	6916	1519	8435	81,99%
<b>Santa Luzia</b>	10397	12171	22568	46,06%	13834	3680	17514	78,99%
<b>Vespasiano</b>	2614	3708	6322	41,35%	7130	2275	9405	75,81%

Fonte: MATOS, 2010, p.205

Belo Horizonte contribuiu, no período de 1975 e 1980 com aproximadamente 45% das migrações para os municípios limítrofes, ao passo que, entre 1995 e 2000 o percentual eleva-se para 77%. A presença desse contingente populacional oriundo de Belo Horizonte demonstra o processo excludente que a capital mineira tem conduzindo ao longo do tempo. Valores esse que não consideram os emigrantes que objetivam alcançar BH mas, pelos mesmos processos que observa-se a expulsão de tantos, não o conseguem e vão ocupar os municípios limítrofes.

Esses processos excludentes devem ser esclarecidos e diversos autores como Andrade e Mendonça (2010) e Liberato (2007) conduziram pesquisas nesse sentido. A seguir apresenta-se algumas dessas considerações que contribuem de forma decisiva para excluir e expulsar a população pobre de Belo Horizonte.

Andrade e Mendonça (2010) apresentam um processo que ocorreu nas décadas de 1970 e 1980 no cenário das metrópoles brasileiras em um momento de grande fragilidade das políticas públicas de regulação do solo urbano, aliada ao cenário da economia em recessão, os investimentos privados não estavam direcionados à população pobre, o que conduziu a uma crise urbana. As autoras destacam os agentes imobiliários que atuaram

indireta e diretamente sobre o município, controlando o mercado de terra, permitindo vazios nas áreas centrais como forma de valorização e para a ocupação da classe de maior recursos econômicos, e agindo na criação de loteamentos precários nas periferias distantes, muitos clandestinos e com ausência de infra-estrutura para essa população excluída.

Liberato (2007) lembra o processo ocorrido ao final do século XX em que muitos bairros localizados nas áreas Sul e Sudoeste, e mais recentemente no Norte de Belo Horizonte, os locais de moradia da população pobre deu lugar a prédios, a ruas mais largas, a equipamentos urbanos que visam atender a demanda dos setores médios e altos da sociedade belo-horizontina.

O processo de especulação imobiliária cria, a partir dos investimentos públicos e privados, um mercado residencial e de serviços destinado as camadas abastadas a partir da expulsão para áreas mais distantes dos pobres, processo esse intensificado com a explosão e aumento dos preços dos terrenos. (KOWARICK, 1980) Em Belo Horizonte o mercado imobiliário sofreu uma expansão acelerada, dobrando de preço do metro quadrado em apenas cinco anos. Essa situação criou a incapacidade dessa população em se manter nas áreas mais centrais, sendo empurradas para locais cada vez mais distantes dos centros, do trabalho, dos serviços urbanos, da dignidade.

Não apenas o mercado imobiliário, a década de 70 foi marcada em Belo Horizonte por uma série de obras de intervenções urbanas como de ampliação de eixos viários, canalização de córregos e construção de avenidas sanitárias, que necessitou a remoção de pessoas, a sua maioria já pobre e residente das favelas de Belo Horizonte. (LIBERATO, 2007) Essa expulsão obrigou essa população a procurar abrigo em áreas cada vez mais distantes, chegando aos municípios limítrofes de Belo Horizonte e que representou os fenômenos observados da queda do crescimento de BH e o crescimento das cidades limítrofes em proporção aproximada.

Assim, muito dos fatores de *pull* relacionados com esse movimento estão ligados à dimensão econômico-financeira da estrutura da cidade e dos indivíduos. O mercado imobiliário altamente especulado, as intervenções urbanísticas representam os fatores que contribuem para a expulsão da população pobre da área central e para a formação da periferia metropolitana em condições de precariedade.

Esse fenômeno é representado como um transbordamento da periferia de Belo Horizonte, agregando à sua continuidade territorial a população de baixa renda, loteamentos populares e precária infra-estrutura nos municípios vizinhos afim de satisfazer as necessidades do núcleo, com a presença de intensos fluxos pendulares dirigidos ao município-sede da aglomeração metropolitana.

Os fatores de *push* novamente é representado por uma função entre a condição de pagar por determinado espaço do solo urbano coerente com os recursos necessários e a acessibilidade à Belo Horizonte, que aparece como ainda sendo o local de trabalho de maior parte da população. Também deve-se destacar a criação estatal de conjuntos habitacionais populares nos municípios vizinhos, como forma de corroborar com esse processo.

É nesse sentido que a literatura trata da segregação espacial, que ocorre a partir da separação das classes socio-econômicas de seu espaços, geralmente com ônus para aquela classe de baixa rendimentos, que são obrigadas a deslocar-se para áreas de

condições precárias e distantes. Conforme é colocado por Maricato (2006) a habitação nessas residências de baixa qualidade revelam o processo de expulsão que a população pobre vivencia. São obrigados, através da capacidade de pagar, a deixar seu espaço de moradia antigo em busca de um outro lugar para ocuparem.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Como destacado anteriormente, a presente comunicação é ainda parcial. Na análise dos dados disponíveis, percebe-se a existência de um movimento entre Belo Horizonte e os municípios limítrofes estudados, sustentado por dados demográficos e que, espera-se ser verificado também através de imagens de satélite, visualizando esse transbordamento da periferia da capital mineira para os municípios vizinhos.

Os resultados parciais revelam grandes massas de populações pobres sendo obrigadas a realizar o deslocamento de suas residências do centro para as áreas periféricas, indo ocupar outros municípios, mas, ainda estando ligados a capital de forma direta, seja para trabalho, seja para estudo, ou outras necessidades.

Destacar esse aspecto do processo de produção do espaço urbano e da sociedade é importante para contribuir como forma de denúncia e ajuda a essa população que, excluída, das áreas de melhor infra-estrutura por meios do mercado imobiliário, que selecionam os moradores a partir de sua capacidade de arcar com o preço dos imóveis.

No entanto, maior exatidão e novas conclusões serão alcançadas ao término da pesquisa realizada para os municípios limítrofes, podendo ainda ser expandido para toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes (2010); Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. Caderno Metrôpole, v.12, n.23, São Paulo, p.169-186.

ARTHURSON, Kathy; JACOBS, Keith (2003); A Critique of the Concept of Social Exclusion and its Utility for Australian Social Housing Policy. Housing Studies Association Conference, Bristol, 2003.

BÄCKMAN, Olof; NILSSON, Anders. Pathways to Social Exclusion – A Life-Course Study (2011) European Sociological Review, v.27, n.1, p.107-123.

BOLT, Gideon; BURGERS, Jack; van Kempen, Ronald (1998) On the Social Significance of Spatial Location: Spatial segregation and social inclusion. Netherlands Journal of Housing and the Built Environment, v.13, n.1, p.83-97.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar (1997); en: BOURDIEU, Pierre (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes.

BROW, Lawrence; CHUNG, Su-Yeul (2006); Spatial Segregation, Segregation Indices and the Geographical Perspective. Population, Space and Place, v.12, p.125-143.

CASTELLS. Manuel. *Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FARIA, Teresa Cristina (1999); Migração Intra-Urbana: Uma Síntese das Teorias e Modelos. II Encontro Nacional sobre Migração. Belo Horizonte, p.421-440.

GOLDANI, Ana Maria (2001); Demografia da Exclusão: Construção de uma Agenda en: OLIVEIRA, Maria Coleta (org.). *Demografia da Exclusão Social – Temas e Abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp.

GOLGHER, André Braz (2004); *Fundamentos da Migração*. Texto para Discussão N°231. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.

HE, Shenjing; WU, Fulong; WEBSTER, Chris (2010); Poverty Concentration and Determinantes in China's Urban Low-Income Neighbourhoods and Social Groups. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.34, n.2, p.328-349.

KOWARICK, Lúcio (1980) *Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

LEE, Everett (1966); A Theory of Migration. *Demography*, v.3, n.1, p.47-57.

LIBERATO, Rita de Cássia (2007); *Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos – o caso de Belo Horizonte*. (Tese de Doutorado) Belo Horizonte: Pontifícia Universidade de Minas Gerais.

MARICATO, Ermínia (2003) Metrópole, Legislação e Desigualdade. *Estudos Avançados*. V.17, n.48, p.151-168.

MATHIEU, Nicole (1997) Les Enjeux de l'Approche Géographique de l'Exclusion Sociale. *Économie Rurale*, n.242, p.21-27.

MATOS, Ralfo (2010a); A Reprodução de periferias e dispersão dos emigrantes de Belo Horizonte, en: MATOS, Ralfo. (org.) *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, p.193-212.

MATOS, Ralfo. (2010b) Desigualdades Socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro, en: MATOS, Ralfo; SOARES, Weber (orgs.). *Desigualdades, Redes e Espacialidades Emergentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, p.12-44.

MATOS, Ralfo; LOBO, Carlos; STEFANI, João; UMBELINO, Glauco; (2010) Pobreza urbana e dimensão socioespacial nos processos de redistribuição da população em periferias de Belo Horizonte. In: MATOS, Ralfo. (org.) *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, p.213-231.

MONTE MÓR, Roberto Luís de Melo (1994);. Belo Horizonte: A Cidade Planejada e a Metrópole em Construção, en: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. (Org.). *Belo Horizonte: Espaços e Tempos em Construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR-PBH, p. 29-50.

OLIVEIRA, Maria Coleta; PINTO, Luzia Guedes (2001); Exclusão social e demografia: elementos para uma agenda, en: OLIVEIRA, Maria Coleta (org.). *Demografia da exclusão social*. São Paulo: Editora da Unicamp, pp.13-24.

PAUGAM, Serge (2003); *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.

PAULA, João Antônio (2006); *Novas Periferias Metropolitanas*. en: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (org.) *Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo Sul*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, p.09-13.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves (2005); *Democracia e Cidade: Divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira*. *Análise Social*, v.60, p.87-109.

ROCHA, Sonia (2008); *Pobreza e indigência no Brasil – Algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004*. *Nova Economia*, v.16, n.2, Belo Horizonte, p.285-299.

RODRIGUES, Eduardo; SAMAGAIO, Florbela; FERREIRA, Hélder; MENDES, Maria Manuela; JANUÁRIO, Susana (1999); *A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. n.9, Porto, p.63-99.

SANTOS, Milton (1979); *O Espaço Dividido*. São Paulo: Hucitec.

TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula; BITAR, Sandra (2003); *Pobreza e Espaço: Padrões de segregação em São Paulo*. São Paulo: Unicamp.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (2003); *Sociedade Urbana: Desigualdade e exclusão sociais*. *Caderno CRH*, n.36, Salvador p.79-114.